

**HABEAS CORPUS Nº 548.761 - PE (2019/0357659-7)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : EDUARDO SILVA DE ARAUJO E OUTROS  
**ADVOGADOS** : MARILIA GABRIELA GIL BRAMBILLA - DF019758  
EDUARDO SILVA DE ARAÚJO - PE039208  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**PACIENTE** : JONAS CESAR ARRUDA DE LIMA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. ROUBO MAJORADO TENTADO. DOSIMETRIA. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM PRÉVIO *WRIT*, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JONAS CÉSAR ARRUDA DE LIMA apontando como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco que indeferiu o pleito liminar formulado no *Habeas Corpus* n.º 0004479-27.2019.8.17.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado às penas de 4 (quatro) anos de reclusão, em regime inicial **semiaberto**, e 40 (quarenta) dias-multa, como incurso no art. 157, § 2º, incisos I e II, c.c. o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal (fls. 21-27).

Inconformado, o Condenado interpôs recurso de apelação, que foi desprovido pelo Colegiado de origem (fls. 28-39).

O acórdão de apelação **transitou em julgado no dia 16/11/2018** (fl. 50).

A Defesa, então, impetrou prévio *writ* perante o Tribunal de origem, cujo pleito liminar foi indeferido pelo Desembargador Relator (fls. 50-51).

Neste *writ*, os Impetrantes sustentam, em suma, que não foi apresentada fundamentação idônea para a fixação do regime semiaberto para o início de cumprimento da reprimenda.

Assevera que Juízo sentenciante (cuja decisão foi mantida integralmente pelo

# Superior Tribunal de Justiça

Tribunal) cingiu-se a "*declinar que 'a pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em regime semiaberto em face do disposto no artigo 33, §§ 2º, alínea "b", e 3º do Código Penal'* (fl. 4).

Requerem, em liminar e no mérito, a fixação do regime prisional aberto.

É o relatório.

Decido.

O entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por este Superior Tribunal de Justiça é no sentido de não se admitir *habeas corpus* contra decisão denegatória de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o que está sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*"), aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça (AgRg no HC 447.280/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe 01/06/2018; AgRg no HC 446.100/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, DJe 21/05/2018; AgRg no HC 444.105/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, DJe 21/05/2018; AgRg no HC 376.599/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, DJe 12/06/2018).

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado, tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, subvertendo a regular ordem do processo.

No caso, não houve ilegalidade patente que autorize a mitigação do entendimento consolidado na Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal, cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados deste Superior Tribunal de Justiça.

Com efeito, o Juízo de origem – cuja decisão foi mantida integralmente pela Corte local – apresentou fundamentação idônea ao fixar o regime inicial semiaberto, pois citou expressamente que o fez "*em face do disposto no artigo 33 § 2º, alínea 'b', e 3º, do Código Penal*" (fl. 27).

Assim, a fundamentação adotada está em harmonia com a jurisprudência da Suprema Corte e desta Corte Superior no sentido de que não há constrangimento ilegal na fixação de regime inicial mais gravoso de cumprimento de pena caso a **pena-base tenha sido fixada acima do mínimo legal por conta do reconhecimento de circunstâncias judiciais desfavoráveis**, dada a interpretação conjunta dos arts. 59 e 33, §§ 2º e 3º, ambos do Código Penal. De fato, a fixação do regime prisional não está condicionada somente ao *quantum* da pena. Veja-se:

*"EMENTA AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. REGIME PRISIONAL. DECISÃO FUNDAMENTADA.*

*1. A fixação do regime inicial de cumprimento da pena não está condicionada somente ao quantum da reprimenda, mas também ao exame das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, conforme remissão do artigo 33, § 3º, do referido diploma legal. Precedentes.*

*2. Agravo regimental conhecido e não provido." (HC 146.119 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 17/09/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-205 DIVULG 26-09-2018 PUBLIC 27-09-2018, sem grifos no original.)*

*"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. VIOLAÇÃO DO ART. 33, § 2º, C, E § 3º, DO CP. DOSIMETRIA. PLEITO DE ABRANDAMENTO DO REGIME INICIAL. INVIABILIDADE. PRESENÇA DE CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL NEGATIVA. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. EXPRESSIVO VALOR DAS RES FURTIVA RECONHECIDO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. APLICAÇÃO DO ART. 33, § 3º, DO CP.*

*[...]*

*5. O art. 33, § 3º, do CP dispõe que 'a determinação do regime inicial de cumprimento da pena far-se-á com observância dos critérios previstos no art. 59 deste Código'. Assim, conquanto a pena tenha sido fixada em 4 anos de reclusão, revela-se correta a fixação do regime inicial semiaberto, nos termos do art. 33, § 2º, 'b', do CP, tendo em vista o registro de circunstância judicial negativa (maus antecedentes) na primeira fase da dosimetria (AgRg no AREsp n. 684.527/SP, Ministro*

# Superior Tribunal de Justiça

*Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 20/6/2018).*

**6. Ainda que a quantidade de pena fixada recomende o arbitramento de regime prisional mais brando, o respectivo recrudesimento se mostra adequado, nos termos do art. 33, § 3º, do CP, se estabelecido com fundamento nas circunstâncias judiciais desfavoráveis extraídas dos autos (AgRg no AREsp n. 763.859/SP, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 28/8/2017).**

**7. Agravo regimental improvido." (AgRg no REsp 1.699.788/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 03/09/2018, sem grifos no original.)**

Diante do que foi registrado acima, não se observa teratologia a ser corrigida. A matéria, como se vê, depende de aprofundamento do próprio mérito do *writ*, devendo-se reservar primeiramente ao Tribunal impetrado a análise, sendo defeso a esta Corte Superior adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da Instância *a quo*, mormente porque o *writ*, ao que parece, está sendo regularmente processado.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora